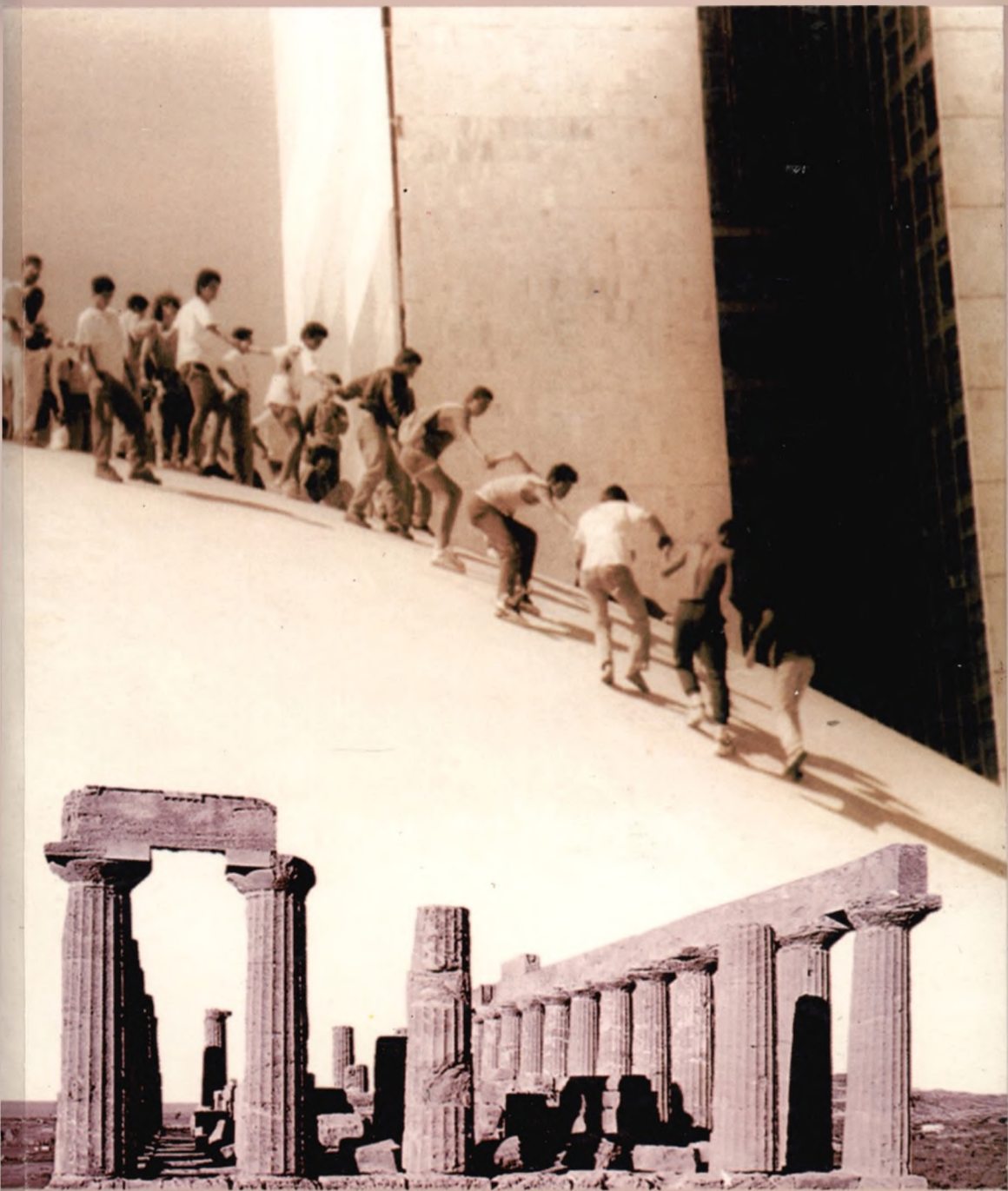


# *democracia* a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

---

**DEMOCRACIA  
A GRANDE REVOLUÇÃO**



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

João Claudio Todorov

*Vice-Reitor*

Erico Paulo Siegmar Weidle

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Fischer

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

# DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA  
  
UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:  
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar  
70.300-500 - Brasília - DF  
FAX: (061) 225-5611

*Copyright* © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

*Impresso no Brasil*

EDITORES

**TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES**

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

**TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES**

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

**SONJA SAMPAIO**

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

**LUÍZA MARIA ROCHA NERY**

CAPA

**FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA**

SUPERVISÃO GRÁFICA

**ELMANO RODRIGUES PINHEIRO**

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383      Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.  
II. Título.

CDU 32  
321.7

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

## **Introdução**

*Democracia: a grande revolução, 11*

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

## **I - A construção da democracia**

*A revitalização da arte da política, 15*

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

## **II - Democracia: das origens à modernidade**

*Celebrando 2.500 anos de democracia, 31*

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

*A evolução da democracia representativa, 37*

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

## **III - Democracia no século XXI**

*O desafio da equidade, 43*

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

*Debatedores*

*Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61*

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

*Democracia com equidade: um direito?, 67*

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

#### **IV - Democracia na Ibero-América**

*O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73*

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

*O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83*

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

*Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95*

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

*Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109*

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

*Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121*

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

*Formação da democracia na Colômbia, 133*

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

#### **V - Democracia no Pós-Comunismo**

*A política no pós-comunismo, 145*

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

*A evolução política e constitucional da Polônia, 149*

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

*Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159*

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

*Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165*

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

*Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173*

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil



## APRESENTAÇÃO

*Hermes Zaneti*  
*Coordenador do Projeto Constituição*

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori<sup>1</sup> faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori<sup>2</sup> que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski<sup>3</sup>:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

---

<sup>1</sup> Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*: 24.

<sup>3</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.<sup>4</sup> Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos<sup>5</sup>.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington<sup>6</sup>, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

---

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*: 58.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*: 12.

<sup>6</sup> Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,<sup>7</sup> “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

---

<sup>7</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

## DEMOCRACIA: VALOR A SER ENTENDIDO E COMPARTILHADO

*Alieto Aldo Guadagni*  
*Embaixador da República Argentina no Brasil*

Está claro que não se pode falar sobre a construção da democracia de um país sem fazer uma incursão sobre sua história. A construção da democracia é um processo dinâmico que vai *pari passu* com a base histórica do país.

A Argentina até 1916 caracterizou-se por um período conservador e por três fatores de produção. Depois da unificação, na segunda metade do século XIX, iniciou um processo de constituição do que se poderia chamar república oligárquica, no sentido de ser uma democracia absolutamente restringida aos núcleos elitistas do poder. Este regime conservador esteve no poder até o ano de 1916, mas foi o primeiro regime do mundo que se auto-destruiu com a sanção de uma lei eleitoral em 1912, a Lei 8.871.

A república oligárquica teve como principal nome o general Julio A. Roca, que fez a campanha do deserto, a consolidação da extensão territorial da Argentina até o sul, particularmente até a Patagônia, e mobilizou o que se chama os três fatores de produção: a terra, o trabalho e o capital. A partir do governo de Roca mobilizou-se os três fatores de produção; a expansão pela fronteira assegurou a ampliação territorial. Os grandes contingentes imigratórios vindos do Mediterrâneo, basicamente italianos e espanhóis, asseguraram o segundo fator de produção. E o terceiro fator foi provido pela Bolsa de Londres, o grande centro imperial das finanças mundiais durante grande parte do século XIX até início da década de 20 deste século. Financiou, desde o ano de 1880 até a Primeira Guerra Mundial, praticamente toda a expansão da infra-estrutura da Argentina, principalmente 40 mil quilômetros de ferrovias, todas dirigidas para a cidade de Buenos Aires, que tinha o porto escoador das colheitas de cereais e da produção de carne para o mercado europeu. Também financiou a construção de novos portos, as obras de saneamento e a produção de eletricidade. Foi uma solução bastante simples: na terra se colocou os índios; no trabalho, os italianos, e o capital vinha dos ingleses. Esta é uma parte da história. Esta república morreu em 1916, pois sancionada a Lei 8.871, o voto passou a ser obrigatório, universal e secreto.

Em 1916 a República Argentina elegeu pela primeira vez um Presidente que não representava a velha oligarquia e sim os novos atores sociais, principalmente a nova classe média e os imigrantes. Os filhos dos imigrantes,

cujos pais haviam chegado à Argentina entre 1870 e 1880, já no ano de 1916 ocupavam cadeiras no Congresso e participavam da administração do País, pois haviam canalizado seu esforço político na formação de um grande partido, o mais antigo da América do Sul: a União Cívica Radical, fundada em 1890, depois de uma contra-revolução, a Revolução de 1890, que ensangüentou a cidade de Buenos Aires. Os fundadores foram Leandro N. Alem e Hipolito Yrigoyen. Quando Yrigoyen foi eleito, a oligarquia perdeu pela primeira vez a Presidência da República, e iniciou-se o segundo período da história política da Argentina, caracterizado pela ascensão da classe média e dos imigrantes. Governou por seis anos e, em 1922, o Partido Radical, não havendo reeleição nesta época na Argentina, elegeu um segundo candidato, o Presidente Marcelo T. de Alvear, que governou até 1928. Yrigoyen, já velho, voltou ao governo em 1928 e foi derrubado militarmente pela Revolução de 6 de setembro de 1930.

Na experiência de governo da classe média, expressada popularmente pelo voto secreto, universal e obrigatório, votaram praticamente 90 ou 92% dos eleitores.

Assim, a Argentina foi o primeiro país da América Latina onde houve participação popular massiva no processo eleitoral, com o voto absolutamente universalizado e defendido pela idéia de voto secreto e obrigatório.

Devo dizer que apresento isso como uma concessão pacífica da oligarquia, pois por quinze anos a União Cívica Radical decretou o que se chamou “tensão revolucionária”. O Partido Radical se negou a participar de eleições desde que foi fundado até a Lei 8.871. Como um partido doutrinário, sua função foi modificar o regime eleitoral. Por isso não se apresentou em eleições por mais de vinte anos, mas tentou duas revoluções que fracassaram, sob o lema da “tensão revolucionária”, que implicava dizer: “ não vamos para as eleições até que haja eleições limpas; não vamos para eleições com um padrão arraigado, sem representatividade e sem voto secreto; pois o voto secreto é a garantia do povo para não ser pressionado pelo poder público”. Quando o voto era apenas obrigatório, os caudilhos da oligarquia determinavam claramente quem podia votar a favor ou contra.

O governo do Partido Radical, de 1916 até 1930, foi derrubado por um golpe militar, em 6 de setembro de 1930, chamado também de Revolução de 30. Esta Revolução deu lugar a uma saída política no ano de 1932, também marcada pela fraude e pela proscricção. Os seguidores de Yrigoyen foram proibidos de ações políticas nas eleições de 1932, e se instaurou o que e se chamou de Fraude Patriótica, um mecanismo usado pelos que acreditam serem os melhores, mas minoria. Se o grupo que se considera

esclarecido em uma sociedade, que detém a verdade, que sabe para onde vai o país, e acredita que a maioria da população não conhece os temas relevantes, mas votam, instaura-se o que se chama de Fraude Patriótica. Disfarçam a fraude não para seu próprio proveito, mas para salvar o país de gente ignorante ou da massa de despossuídos. E assim se instaurou a Fraude Patriótica que governou a Argentina de 1932 até 1943. Durante esse período os seguidores de Yrigoyen foram proscritos. A palavra proscição tem uma ampla tradição na Argentina. Os Radicais estiveram proscritos antes de 1916, e depois de 1930. A idéia da proscição, de uma democracia imperfeita, destacou a idéia de exclusão. Foi uma idéia que dominou a história da Argentina durante todo o século XX. A Fraude Patriótica governou na década de 30. Havia uma frase que expressava a situação: “se votava mal, mas se elegia bem”. Com “se votava mal” se queria dizer que o direito eleitoral era uma farsa, pois as urnas eleitorais estavam preparadas antes das eleições. Mas “se elegia bem” significava que se elegia as pessoas que teriam de governar. Essa frase era de um dirigente conservador muito ilustre da Argentina.

Após a Revolução de 30, veio a Fraude Patriótica, depois uma revolução militar, a de junho de 1943. Nessa revolução militar apareceu um jovem coronel do Exército argentino, o então coronel Juan Domingos Perón, que foi preso em outubro de 1945 em Buenos Aires. Mas em 16 de outubro de 1945 ocorreu um fato inédito na cidade de Buenos Aires: uma jornada popular, onde saíram às ruas pessoas sem expressão política; saíram às ruas representantes de uma nova classe social. Eles se reuniram na Praça de Maio e numa ação conjunta libertaram o coronel Perón. Este fato, onde Eva Perón teve um papel importante, determinou o caminho histórico na política argentina, pois levou ao poder uma nova coligação política e social: a classe trabalhadora sindicalmente organizada. O coronel Perón realizou uma tarefa política impressionante, pois em poucos meses, entre 1945 e 1946, organizou um novo partido político e ganhou as eleições em fevereiro de 1946. Uma eleição que derrotou o Partido Radical e alijou o Partido Conservador.

Na Argentina, a esquerda nunca teve gravitação eleitoral no nível nacional. A esquerda argentina, em suas diversas variantes, de socialista da Segunda Internacional até a comunista de obediência a Moscou, e até a anarquista, que foi poderosa na primeira década do século, foi importante para algumas ações diretas, mas nunca teve expressão eleitoral de envergadura, sempre foi um grupo de elite com pouca ligação com o povo. A ligação da esquerda argentina esteve circunscrita aos imigrantes intelectualizados que traziam as idéias do socialismo europeu, do anarquismo espanhol, e restringia suas

ações às associações e sindicatos, mas nunca deu maior atenção às classes mais populares.

Quais foram os setores que formaram as bases do partido político organizado por Perón? Foram três grandes setores. O primeiro representava a corrente nacionalista que rechaçava a aproximação histórica Argentina e Inglaterra, ou seja, a corrente anti-imperialista. Na Argentina a palavra anti-imperialista nunca foi entendida como anti-americana; foi entendida como antibritânica. A presença imperial na Argentina nunca foi americana e sim britânica. A presença importante, a embaixada que atuava, o governo que intervia, era o inglês. Então, a primeira corrente que alimentou o peronismo foi a nacionalista. Era uma corrente ideológica muito forte, onde se encontrava nomes como o escritor Leopoldo Lugones.

A segunda corrente foi a católica que rechaçava certos elementos anticlericais da própria UCR. Na Argentina há um reduto católico muito forte depois do Congresso Eucarístico de 1934, sobretudo em relação ao ensino religioso nas escolas. A Argentina tem uma tradição laicista muito forte da república conservadora. Os conservadores argentinos foram nas encíclicas; fazia parte de seus projetos. No projeto dos conservadores estava não só a separação entre Igreja e Estado, mas a anulação do ensino religioso para poder atrair os imigrantes calvinistas, os presbiterianos e os protestantes. Portanto, a segunda corrente que entrou no peronismo foi a do pensamento católico, com papel muito destacado.

A terceira corrente foi a dos socialistas e a dos anarquistas. Os comunistas eram poucos, mas na esquerda os mais importantes foram os socialistas.

Era muito forte a unidade política de Perón, que armou um partido político sobre uma base nacionalista, uma católica e uma de esquerda marxista. Essa grande novidade política ganhou as eleições. Mas o governo Perón foi derrubado em 1955. Desde essa data iniciou-se um período de sucessivos golpes militares. O golpe de 1955 derrubou Perón; o de 1962 derrubou Arturo Frondisi; o de 1966 derrubou a Arturo Illia, Presidente que vinha da UCR; e em 1976 derrubou Isabel Perón.

Como se pode verificar, os golpes sempre foram ou contra os peronistas ou contra os radicais. Os conservadores estavam em todos os golpes, e nunca houve um golpe contra os conservadores.

Os golpes militares na Argentina nunca foram operações exclusivamente de quartéis. Nunca houve um presidente na Argentina vindo de um golpe militar gerado, definido ou programado em um quartel. Sempre houve ideólogos civis de maior ou menor representatividade que apoiaram os golpes. Nunca os militares foram sozinhos para as ruas. Os golpes sempre tive-



ram o apoio da opinião pública mais ou menos expressiva, às vezes a favor do golpe ou fazendo um trabalho político pelo golpe. O denominador comum de todos os golpes desde 1955 foi a proscricção. Do golpe de 1955 até o de 1983, o regime argentino funcionou à base da proscricção, não dos radicais, mas dos peronistas. A proscricção, a limitação, a exclusão, foi uma constante na história política da Argentina neste século.

O Presidente Frondisi, derrubado em 1962, num certo sentido era parecido com Juscelino Kubitschek. Ele se destacou por ter feito três grandes reformas. A primeira foi a abertura do setor petrolero às empresas estrangeiras. A segunda foi a autorização para a criação de universidades privadas. Na Argentina o ensino superior era monopólio do Estado desde a época da república conservadora. Frondisi sancionou uma lei sobre o ensino universitário que permitia a incorporação do setor privado às universidades. A terceira reforma foi uma abertura muito ampla ao capital estrangeiro. O interessante é que Frondisi havia escrito um livro, em 1957, absolutamente estatista em relação ao tema do petróleo, intitulado *Soberania e Petróleo*. Quando foi eleito Presidente, em 1958, firmou vários contratos com empresas estrangeiras sobre o petróleo. Ele tinha uma famosa frase que dizia: “Entre meu orgulho de escritor e minha responsabilidade de governante, fico com minha responsabilidade de governante”. Isso expressava claramente que sua política para o petróleo não tinha relação com a atitude estatista e autarquista de seu livro.

Fazendo uma análise rápida e impressionista do século XX na Argentina, introduzo a idéia dos 4 cavaleiros do apocalipse. Nos últimos 20 anos de história política da Argentina podemos verificar a passagem de 4 cavaleiros do apocalipse.

O primeiro foi a ideologia do terrorismo, da subversão. Alguns jovens, e alguns não tão jovens, acreditavam que eram “iluminados”, que sabiam construir uma sociedade justa e a queriam construir usando armas, pois, para eles, todo o sistema eleitoral, político e democrático estava corrompido. A ânsia de transformar a sociedade lhes dava o absoluto direito de cometer assassinatos. Assim cometeram inúmeros atentados, sob a bandeira revolucionária. Era doloroso ver que alguns desses revolucionários, muitos até de famílias ricas, matavam friamente um policial pobre que ganhava um salário mínimo. Esses jovens universitários, assassinos, que queriam uma sociedade justa, eram progressistas e não sentiam nenhum remorso ao matar um policial pobre. Foi um terrorismo muito violento, cruel, que recebeu o nome de “soberba armada” ou os “montoneros”. Acreditavam que tinham a capacidade de dirigir a sociedade afastados de qualquer regra de consenso.

E os que haviam sido “iluminados” estavam habilitados para usar qualquer instrumento para obter o poder político, dentre eles o assassinato. No princípio, ainda nos governos militares, a “soberba armada” se justificava dizendo ser uma luta contra a ditadura militar. Mas no ano de 1973 voltou ao governo um grande poder popular, com dois terços dos votos, e os “montoneros” continuaram a guerra contra o governo Perón.

O segundo cavaleiro do apocalipse foi a repressão militar. A idéia era que a “soberba armada” devia ser combatida a qualquer custo, mesmo sem usar a lei, ou a Constituição, e sem respeito aos direitos humanos.

O terceiro cavaleiro foi a Guerra das Malvinas, quando o governo militar cometeu o erro de acreditar que os direitos soberanos da Argentina o habilitava para uma ação militar, esquecendo que, no final do século XX, é impensável uma ação militar daquela envergadura não despertar uma reação imediata das grandes potências. Esta confusão sobre o direito soberano e a forma como esse direito se exercita, ou se reclama, passou a ser um erro não incomum. Crer que a reclamação por um direito habilita qualquer tipo de ação para obter esse direito é um erro gravíssimo. Deve haver uma proporção entre o direito que se reclama e a ação que se exerce para obter esse direito.

O quarto cavaleiro do apocalipse foi a hiperinflação do ano de 1989, com uma taxa anual de 25.000%. Quem nunca viveu numa hiperinflação tende a crer que ela é um fator econômico que interessa aos analistas financeiros ou aos operadores das bolsas de valores. Mas a hiperinflação é o primeiro passo para a dissolução de uma sociedade. Não pode haver uma sociedade politicamente organizada com uma hiperinflação. Ao deslocar o valor de uma moeda a níveis astronômicos de desvalorização diária, introduz-se um elemento de desordem coletivo que inevitavelmente leva uma sociedade ao caos, pois se rompe o predomínio do uso da força pública. Esses foram os 4 cavaleiros do apocalipse que passaram pela Argentina.

Em 1983 a Argentina iniciou um período de reconstrução. Foi eleito Presidente Raul Afonsín, da UCR, que elevou o conceito de democracia a uma categoria suprema. No seu discurso de posse disse: “com a democracia se vive, com a democracia se trabalha e com a democracia se come”. Lamentavelmente isso não é necessariamente certo. A democracia cria condições para viver, comer e trabalhar, mas não há nenhuma fórmula mágica que traduza a existência de um regime democrático na eficácia que deve ter um governo em um Estado. Essa é uma confusão. A mera restauração democrática não é a garantia de que se resolva todos os problemas imediata-

mente. Mas a Raul Afonsín cabe o mérito inegável de ter iniciado um processo de consolidação da democracia, claro e preciso na Argentina.

Os fatos históricos, na minha opinião, indicam uma inegável relação existente, na Argentina, entre conceitos econômicos e conceitos políticos, ou seja, a correlação que existe entre estabilidade política, estabilidade econômica e crescimento econômico. A história argentina pode ser dividida em dois períodos. Nos primeiros 30 anos do século XX, a produção total da Argentina aumentou 248%, a população, 160%, quer dizer, o nível de vida da população aumentou 43%. Neste período a inflação anual não passou de 20%, e a Argentina teve 6 presidentes com mandatos de 5 anos cada.

Ou seja, até 1930, com o final da república oligárquica, o governo radical mostrou estabilidade monetária; a situação da inflação era das mais baixas do mundo e havia um forte crescimento econômico e estabilidade política.

A situação se agravou nos últimos 30 anos, de 61 a 90, porque o Produto Interno Bruto por habitante caiu 25% e o custo de vida subiu com uma inflação anual de mais de 400%. Houve 16 presidentes e cada um deles ficou no poder um ano e 10 meses.

De 1989 até hoje tivemos estabilidade política, um único presidente, inflação mínima e uma taxa de crescimento alta. Depois do plano de Cavallo, de 1991 a 1994, a Argentina foi a economia não-asiática que mais cresceu no mundo; cresceu 7,1% ao ano, acumulando 34% neste período, superada apenas pela China e Tailândia. O ano de 1995 foi diferente, pois houve recessão, o que reafirma a existência de correlação entre estabilidade política, estabilidade econômica e crescimento econômico.

Afonsín, desde 1993, foi o mentor do processo de consolidação da democracia. O objetivo do governo que assumiu em 1989 foi promover uma profunda transformação econômica, que denominou de os “três capitalismos”.

O primeiro setor capitalista é o das empresas do Estado, não empresas públicas, mas empresas do Estado, porque nem toda empresa estatal é pública. Muitas empresas do Estado, na Argentina, não se comportam de acordo com o interesse público, mas sim em função do interesse de três grandes núcleos de poder, que são seus próprios burocratas, seus próprios sindicatos de trabalhadores e as empresas vinculadas às empresas estatais. Este importante setor da economia, que se formou a partir do processo de capitalização da renda no ano de 1940, não funcionava com empresas a serviço da sociedade, mas em função de interesses corporativos concretos, como melhores salários, menor jornada de trabalho e mais mordomias. Os sindicatos queriam apenas maximizar seu poder salarial, apesar das condições gerais. E o grande sócio de todos os negócios das empreiteiras,

que vendia tudo, bens e serviços, ao dobro do preço, eram empresas que se chamavam do Estado, eram capturadas, eram empresas escravas destes três grupos de pressão.

O segundo grupo do setor capitalista era formado pelos capitalistas predadores, que respondiam por dois setores: primeiro, o das empreiteiras, cujo grande negócio era trabalhar para as empresas estatais que não tinham uma política clara, e podiam vender qualquer tipo de obra superfaturada. O outro grupo de capitalista predador era o que fazia o ajuste de preço protecionista, alegando defender a indústria nacional mas, na verdade, estavam defendendo os próprios interesses, a possibilidade de manter fechado o mercado de vários produtos e o alto preço de produtos de baixa qualidade, afastando a concorrência e a qualidade dos produtos do mercado internacional. Esse tipo de capitalismo, claramente doentio, requer os favores do Estado para crescer, pois necessita de leis de proteção, proibição de importações, etc.

O capitalismo de risco é o terceiro tipo de capitalismo, cuja característica é o pouco poder político. É representado pelas pequenas empresas e o setor agropecuário. É o único setor genuíno do capitalismo argentino.

O capitalismo doentio, predador, corrupto, se desenvolveu basicamente associado com a queda do regime democrático, pois nos regimes militares, que surgiram com cada golpe militar, apesar de pouco autoritários na aparência, na essência eram frágeis para servir aos interesses corporativos. É muito mais fácil obter um privilégio, uma vantagem, em um regime autoritário, não sujeito à Constituição, do que em um regime constitucional sujeito ao debate parlamentar. E o mercado sem representação pode dar lugar a muita confusão.

A Argentina teve regimes militares muito frágeis, dominados por *lobby* e por interesses corporativos de empresários, sindicatos e também de trabalhadores, que obtiveram facilidades, privilégios, que não teriam obtido sob um regime aberto. Isso é o símbolo da fragilidade do regime autoritário.

No ano de 1994, a Argentina iniciou uma reforma constitucional. O procedimento de reforma constitucional argentino é diferente do brasileiro, pois o Congresso não pode propor emendas. Se se deseja a reforma da Constituição, isto deve ser feito por meio de uma lei sancionada por 2/3 dos votos do Congresso. Esta deve declarar a necessidade da reforma, se é necessário convocar eleições para eleger congressistas constitucionais, que só podem reformar os pontos que estão estabelecidos na Lei da Reforma. Essa lei não pode reformar determinados artigos.

Quais as reformas mais importantes para a consolidação da democracia na Argentina?

A primeira é uma cláusula que apenas se entende ao conhecer a história da Argentina. O artigo 36 da nova Constituição diz: “Esta Constituição manterá seu império a todo aquele que interromper sua observância por ato de força contra a ordem constitucional e o sistema democrático”. Esses atos serão incansavelmente nulos. Os atores destes atos serão passíveis da sanção prevista no artigo 29 e inabilitados à perpetuidade para ocupar cargos públicos e excluídos dos benefícios do indulto e comutação de penas. Também as mesmas sanções têm como consequência dos atos usurpadores em funções previstas para as autoridades da Constituição ou das províncias. Esta é uma cláusula antigolpe, pois os golpes na Argentina foram aumentando do ponto de vista doutrinário. O primeiro golpe respeitou a Constituição. O golpe de 1930 se subordinou à Constituição, o mesmo aconteceu com o de 1955. Mas o golpe de 1966 lançou uma nova doutrina ao tirar um estatuto que está por cima da Constituição. O mesmo aconteceu no golpe de 1973. Esta cláusula rege o que havia sido suspenso por um golpe e que todos que receberam cargos públicos depois do golpe estão inabilitados politicamente.

Uma outra questão que não existia na Constituição da Argentina é a possibilidade da participação popular. Agora pode haver participação popular com plebiscito, com algumas exceções. Não se pode submeter ao julgamento popular um tratado internacional, uma lei de tributação ou um artigo penal. Não se pode modificar isso, para todo o resto pode haver participação popular sob a forma *de referendum*, que pode ser vinculado ou não, isto é, um plebiscito popular que tenha força de lei ou que simplesmente seja um indicativo da vontade da maioria da população.

Outra reforma importante foi em relação ao número de senadores. A legislação anterior dava a cada província a representação por 2 senadores. Agora são 3, um só para as minorias. A idéia é melhorar o regime, pois antes os dois senadores necessariamente eram do mesmo partido, que podia eleger um ou dois senadores, e elegiam dois. O terceiro senador deve eleger-se pela minoria parlamentar. Ele necessariamente serve às minorias.

Quanto à integração latino-americana, a reforma permitiu um grande avanço. A Constituição brasileira de 1988 tem um artigo dedicado à integração latino-americana, mas é um artigo de intenções. O da Constituição argentina é operativo e de grande eficácia, pois diz o seguinte: “São atribuições do Congresso: aprovar tratados de integração que deleguem competência e jurisdição às organizações supra-estatais em condições de recipro-

cidade”. Isso não é novidade, mas agora o Congresso pode aprovar um tratado de integração pelo qual delega competência a um órgão supranacional. O que há de original vem na continuação: as normas ditadas em consequência dos tratados têm hierarquia superior a outras leis. O Mercosul é um exemplo concreto. Ele tem um conselho composto por quatro conselheiros e pelos quatro ministros de Economia no órgão superior do Mercosul, que se reúne uma vez por ano com a presença dos quatro Presidentes. As normas saídas deste conselho têm eficácia legal imediata na Argentina, ainda que contrarie a lei local. Esta não tem necessidade de se adequar ao direito positivo interno. A própria norma emanada deste órgão de integração tem eficácia.

Para a consolidação da democracia a reforma constitucional tratou da transparência e do funcionamento do sistema político por meio da auditoria geral da Nação. Todos os países têm auditoria, tribunal de contas e assim por diante. Isso não é novidade. A inovação introduzida com a reforma foi que o presidente do organismo que controla, que tem grande poder, pois este organismo controla os aspectos patrimoniais, econômicos, financeiros e operacionais do governo, é designado por uma proposta do partido político da oposição com maior número de legisladores no Congresso.

A reforma estabeleceu também a possibilidade de reeleição presidencial (antes o mandato do presidente era de 6 anos sem reeleição), mas agora é de 4 anos com possibilidade de reeleição. Há uma grande diferença de prática entre a Argentina e o Brasil nesse tema. Na Argentina para apresentar-se para uma reeleição não é necessário deixar o cargo. Se pode fazer campanha no próprio cargo. Não é necessário renunciar alguns meses antes. Nos Estados Unidos da América, todos os presidentes americanos fazem suas campanhas nos seus mandatos. É interessante a regra de vantagem. Funciona da seguinte maneira: não há vantagem se no primeiro turno se obtém 45% dos votos. A legislação brasileira é de 50%. O interessante é a segunda cláusula; não há vantagem se o primeiro obtém 40% e o segundo menos de 30%. Se a diferença entre o primeiro e o segundo soma 10 pontos não há maioria. Se um obtém 40% e o outro 29% não há maioria. Aqui no Brasil se teve maioria em alguns Estados, com um obtendo 49% e o segundo 21%. Na última eleição presidencial, no primeiro turno houve maioria de 51%. Na Argentina não houve maioria porque Menen obteve 50% dos votos nas eleições de maio de 1995.

A reforma proporcionou também um regime moderadamente parlamentarista. Apareceu uma nova figura no Executivo – o Chefe de Gabinete. O Presi-

dente é o chefe supremo da Nação. O Chefe de Gabinete é o chefe do governo. O Presidente pode ser destituído pelo Congresso. O mesmo acontece com o Chefe de Gabinete, só que este tem de ir à Câmara dos Deputados em um mês e no outro tem de ir ao Senado. Se receber uma censura pode ser destituído. É uma figura nova na Argentina. Agora é que está se fazendo isso. É uma certa descentralização do poder, uma separação entre chefe da Nação e chefe da Administração.

Outra importante contribuição da reforma foi a constituição do Conselho Especial de Justiça. O equilíbrio de poder é um tema central para a consolidação da democracia e para a independência do Poder Judiciário, que tem várias funções, uma delas é a escolha dos membros do Poder Judiciário. Tradicionalmente, de acordo com a Constituição argentina, os membros do Poder Judiciário eram propostos pelos membros do Poder Executivo e designados com a aprovação do Senado. Agora isso é diferente. O Poder Executivo propõe, mas não a seu livre arbítrio ou critério, segue a proposta do Conselho Especial de Justiça, que apresenta os termos que são obrigatórios para o Poder Executivo. A idéia é introduzir elementos de transparência na eleição dos membros do Judiciário.

É uma tarefa difícil a construção da democracia. A Argentina teve no século XX uma democracia absolutamente imperfeita, interrompida por golpes militares, viciada pela proscricção, mas a partir de 1983, com todas as dificuldades de um país jovem, iniciou o processo de consolidação da democracia. O que é muito importante é a idéia de que a interrupção da ordem democrática está afastada de qualquer possibilidade política. O debate político na Argentina nos últimos 20 anos nunca deixou de lado a possibilidade de um golpe militar. Hoje no debate há perspectivas políticas, o desenhar do futuro, o pensamento de como vai ser o País dentro de 5 ou 10 anos, sem interrupção militar. Foi possível obter de uma maneira pacífica e notável a subordinação das Forças Armadas ao poder civil, de tal forma que a Argentina já tem a possibilidade de consolidar sua democracia. E então avançar nas matérias pendentes, como fortalecer uma economia competitiva, que vem de um sistema doente, dos três capitalismos, da hiperinflação, etc.

Não é por acaso que o Mercosul ganhou força nos últimos anos, pois é um projeto de natureza econômica que requereu essencialmente dois suportes políticos. O primeiro é a ausência de conflito para uma relação bilateral. E no caso do Brasil e da Argentina implicou na superação do conflito nuclear e do conflito dos recursos hídricos. Quando observamos o cenário dos quatro países temos a segunda restrição que teve de ser superada: não exis-

tiria o Mercosul se não tivesse sido instaurado o regime democrático simultaneamente nos quatro países.

Os jovens podem se habituar a ver o mundo e a América Latina de hoje com apenas os elementos do presente. Mas digo que procurem no passado, em todos os países da América Latina, a ocorrência de regimes democráticos simultâneos. O que estamos vivendo é uma situação inédita neste Continente. A democracia não parece ser uma flor de fácil crescimento na América Latina, só recentemente, nos últimos 7 ou 8 anos, começou a ser vista como um valor a ser entendido e compartilhado.





Imprenta:  
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA  
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230  
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025  
CGC - 00336024/0001-16

**Outros lançamentos da Editora UnB:**

*Einstein estava certo?*  
Clifford M. Will

*A minoria próspera e  
a multidão inquieta*  
Noam Chomsky

*Rejuvenescer a velhice* (2ª edição)  
Maria Laís M. Guidi e  
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

*O texto da notícia*  
Elcias Lustosa

*A potência do dragão*  
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

*Drogas e sociedade nos tempos da Aids*  
Richard Bucher

*Flauta transversa – método elementar*  
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –  
história social nos sertões do Brasil*  
Victor Leonardi

*Amigos traiçoeiros*  
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a  
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)  
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

*Anísio Teixeira*

(Depoimento de Anísio Teixeira ao  
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514